

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO EDUCACIONAL DE EDUCANDOS SURDOS NO IFPA- CAMPUS CASTANHAL.

Sandro Soares Rodrigues¹
Waldma Maíra Menezes de Oliveira²

RESUMO

A Pessoa com Deficiência, incluindo a Pessoa Surda, tem garantido na atualidade brasileira, de acordo com as legislações vigentes, o acesso ao nível técnico e/ou superior. Alguns dispositivos legais são as Lei nº 10.436/ 2002, Lei nº 13.146/ 2015 e o Decreto nº 5.626/2005. A inserção de educandos surdos nas Instituições de ensino materializa cada vez mais as práticas de respeito às diferenças, as identidades e a alteridade do outro. Este trabalho busca responder a seguinte problemática: quais são as representações sociais (RS) de professores sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal, buscando identificar as implicações destas representações na aprendizagem e no processo de acessibilidade dos graduandos surdos? Como objetivo geral buscou-se analisar as RS de professores Representações Sociais de professores sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de Educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal, buscando identificar as implicações destas representações na aprendizagem e no processo de acessibilidade dos educandos surdos. Realizou-se uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa com ênfase na Teoria das Representações Sociais de característica processual de Moscovici (2009). Os entrevistados foram 10 (dez) professores do IFPA Campus Castanhal. Na sistematização e análise dos dados, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (2010). De acordo com os resultados constatou-se 10 (dez) RS sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de educandos surdos no IFPA Campus Castanhal, sendo: **um direito** legal o acesso e a permanência dos educandos surdos na instituição, **necessário** para promoção da inclusão e garantia da acessibilidade, porém **desafiadora**, pois oportuniza que os educadores e educadoras conheçam uma outra língua e cultura, para relaciona-se com o outro diferente. Entretanto é **essencial** para a formação de uma educação e sociedade harmonizadora e inclusiva na efetivação da **cidadania** do sujeito surdo.

Palavras-chave: Representações Sociais, Educação de Surdos, Inclusão Educacional, IFPA-Castanhal.

INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência, incluindo a pessoa surda, tem garantido na atualidade brasileira, de acordo com as legislações vigentes, o acesso ao nível técnico

¹ Professor EBTM Mestre em Filosofia, lotado no curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto Federal do Pará – Campus Castanhal, Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: sandro.rodrigues@ifpa.edu.br

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura e Diretora da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Pará – Campus Cametá, Cametá, Pará, Brasil. Email: waldma@ufpa.br



e/ou superior. Alguns dispositivos legais são a Lei nº 10.436/ 2002, Lei nº 13.146/ 2015 e o Decreto nº 5.626/2005. Esses dispositivos estão diretamente relacionados ao acesso e permanência da pessoa com deficiência no nível superior.

A inserção de educandos surdos nas Instituições de ensino materializa cada vez mais as práticas de respeito às diferenças, as identidades e a alteridade do outro, a priori ancoradas em nossas representações, imaginários e nos discursos. O ambiente educacional é entendido como um lugar privilegiado do saber científico, por isso “[...] deveria estar atento às questões da diversidade e à necessidade de se tomar as diferentes práticas sociais como fundamentais para o processo de construção de novas práticas educacionais.” (Harrison; Nakasato, 2010, p.71).

Atualmente, de acordo com dados preliminares divulgados pelo NAPNE/Castanhal, para o semestre 2024.1, o IFPA- Campus Castanhal assiste uma demanda de 11 educandos com deficiência, sendo: 05 educandos com deficiência física (DF); 01 com deficiência visual (DV), 03 com deficiência auditiva (DA) e 02 com Deficiência intelectual (DI).

No que tange os profissionais que garantem a acessibilidade comunicacional dos educandos surdos, de acordo com o relatório NAPNE 2022 pontua-se: 01 (um) intérprete de Libras contratado do IFPA/CAMPUS CASTANHAL e de 01 (um) intérprete de Libras cedido pela Prefeitura Municipal de Castanhal.

O espaço escolar e acadêmico deve garantir não somente um ambiente bilíngue, mas também onde a Libras seja a língua usada pelos educandos surdos, sendo necessária, assim, a contratação do intérprete Educacional (IE) para mediar a comunicação entre os sujeitos, mas também que seja um ambiente que respeite as diferenças e onde haja profissionais que saibam trabalhar com ela.

Assim, ao pensar na educação de surdos, na conjuntura da educação inclusiva, devem-se considerar as especificidades linguísticas inerentes a esses sujeitos. Isto significa que o estudante surdo deve conviver em um ambiente bilíngue, que favoreça a construção de sua identidade e valorize a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Todavia, pesquisas apontam que a educação inclusiva desconsidera as especificidades linguísticas dos surdos, não dispõe de práticas pedagógicas que favoreçam a sua aprendizagem e não possibilita um ambiente efetivamente bilíngue (Dorziat, 2009; Lacerda, 2009; Oliveira, 2015). Entende-se que estar no mesmo ambiente convivendo com ouvintes não significa que o surdo esteja efetivamente



incluso, haja vista que pode estar em um ambiente e não ter acessibilidade linguística e pedagógica.

É pertinente mencionar que a criação de um ambiente bilíngue deve ser a primeira medida realizada para inclusão do educando surdo no espaço educativo, porém, fazem-se necessárias outras medidas para possibilitar uma efetiva inclusão educacional e linguística, como: construir um currículo flexível; promover práticas pedagógicas inclusivas, utilizar metodologias diferenciadas, entre outras.

Para que ocorra a participação do estudante surdo no ensino técnico e/ou Superior, é importante que professores, educandos ouvintes, técnicos administrativos e todos aqueles que vivenciam esse nível de ensino sejam bilíngues, isto é, usuários da Língua Portuguesa e da Libras. Entretanto, tal condição é raramente atendida, pois são poucos os ouvintes que conhecem a Libras.

Assim, o artigo apresenta a seguinte problemática de investigação: quais são as representações sociais (RS) de professores sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal, buscando identificar as implicações destas representações na aprendizagem e no processo de acessibilidade dos graduandos surdos? Como objetivo geral buscou-se analisar as RS de professores Representações Sociais de professores sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de Educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal, buscando identificar as implicações destas representações na aprendizagem e no processo de acessibilidade dos educandos surdos.

METODOLOGIA

Nesta investigação realizou-se uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa. De acordo com Chizzotti (2013, p. 79) a abordagem qualitativa “[...] parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Este estudo assume um enfoque crítico-dialético, cujas pesquisas apresentam:

um caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendar, mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um “interesse transformador” das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando



suas possibilidades de mudança (Gamboa, 1994, p. 97).

O autor destaca, ainda, que nesse tipo de pesquisa, o dinamismo da práxis transformadora dos seres humanos como agentes históricos na tomada de conscientização gera a participação ativa dele na organização social, política e educacional. Desse modo, a dialética trabalha “[...] com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas, e com o movimento perene entre parte e todo, interioridade e exterioridade dos fenômenos” (Minayo, 2010, p.24).

Discutindo, ainda, a Teoria das Representações Sociais com o foco na educação inclusiva no ensino técnico e/ou superior e nas representações dos educandos Surdos do IFPA/Campus Castanhal sobre a atuação do intérprete educacional, isto é, na maneira em que elaboram e partilham simbologias significantes e construtivas acerca deste profissional no que reverbera sua inclusão e permanência na referida instituição.

De acordo com Sá (2010, p. 308) a “representação é uma forma de atribuição de sentido; é também um sistema linguístico e cultural estreitamente ligado à relação de poder”. Desta forma, as Representações Sociais (RS) proporcionam para os membros de uma comunidade um viés para comunicar-se e compreender seu contexto a partir do que é conhecido. Na perspectiva de analisou-se as representações sociais sobre os desafios e possibilidades na educação inclusiva de educandos surdos no ensino técnico e/ou superior, utilizei a abordagem processual, desenvolvida por Moscovici (2009)

Os processos de formação das representações sociais compreendem a Ancoragem e a Objetivação, os quais por meio de uma relação dialética entre si fomentam a construção do núcleo figurativo, que por sua vez é constituído de uma estrutura figurativa e simbólica (Moscovici, 2009).

Os participantes da pesquisa foram 10 (dez) professores EBTT do IFPA/Campus Castanhal. A pesquisa foi realizada nos meses janeiro a março de 2025. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) permitindo a publicação de informações. Os entrevistados estão codificados de E1 a E10. Na sistematização e análise dos dados, utilizou-se a técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A inclusão baseia-se no princípio de que todos os seres humanos têm direitos iguais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], 1948), envolve ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas (Ministério da Educação [MEC], 2008) e abrange todas as minorias historicamente excluídas da sociedade, seja por questões de raça, sexo, religião, origem ou qualquer condição. (UNESCO, 1948).

A inclusão educacional de Pessoas com Deficiência (PcD) nas instituições de Ensino é uma realidade cada vez mais evidente em nosso país. Para assegurar o direito ao acesso e permanência no ensino técnico e/ou superior aos educandos com deficiências, a lei de acessibilidade nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência “[...] pela qual os educandos com necessidades especiais têm o direito de obter os recursos necessários para que possam ter atendidas suas necessidades e frequentar as aulas” (Harrison & Nakasato, 2011, p. 65).

Miranda (2007, p.120) reforça que “[...] a inclusão da pessoa com deficiência no ensino técnico e/ou superior vem ocorrendo gradativamente. Isso decorre, dentre outros fatores, pela pequena parcela da população ter acesso à educação básica”. Problematisa-se a educação básica acerca das condições de acesso e permanência ao aluno com deficiência, já que são poucos os educandos que conseguem chegar ao nível superior. A educação inclusiva tem ainda “[...] por princípio básico, a minimização de todo e qualquer tipo de exclusão em arenas educacionais e com isso, elevar ao máximo o nível de participação, coletiva e individual, de seus integrantes” (Santos et al., 2008, p. 12).

Portanto, a inclusão da pessoa com deficiência constitui um grande desafio para as Instituições de Ensino, devido aos diferentes tipos de barreiras existentes, desde as físicas até as relações interpessoais. A inclusão está direta e indiretamente associada à responsabilidade social da universidade, no que diz respeito às políticas educacionais, formação acadêmica e acessibilidade.

Para Beyer (2006, p.62), um espaço educativo “implica a ação de sujeitos que se encontrem conectados, os quais não podem prescindir para que esse espaço inclusivo se torne possível”. Significa dizer que essa responsabilidade engloba todos os sujeitos que compõem o espaço, neste caso, todos os educandos (surdos e ouvintes),



professores, intérprete educacional, técnicos, familiares e todos que compõe direta ou indiretamente o local.

O professor assume responsabilidade educativa, humana e social com os educandos independentemente de suas singularidades. O fazer pedagógico inclusivo é o que proporciona o desenvolvimento de todos os sujeitos, partindo da concepção que cada um aprende de modo e tempo diferentes, devendo ser respeitadas as identidades dos mesmos. Para Freire (1995), esse fazer pedagógico inclusivo é viável pela:

Priorização da relação dialógica no ensino que permite o respeito à cultura do aluno, à valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão do mundo do educando é sem duvida um dos eixos fundamentais sobre os quais deve se apoiar a prática pedagógica de professoras e professores (Freire, 1995, p. 82).

De acordo com os resultados da pesquisa constatou-se que 70% dos entrevistados apresentam conhecimento parcial sobre educação de surdos, metodologias e práticas educativas inclusivas e 30% apresentam pouco conhecimento sobre a inclusão de educandos com surdez, o que ilustra que a ausência de informação e formação inicial e continuada influenciam diretamente em práticas educativas não-inclusivas e não efetivação da acessibilidade.

Para com Oliveira (2015) a prática educativa e as metodologias devem estar interligadas na ação e reação ensino/aprendizado dos educandos surdos, partindo das identidades surdas e da língua de sinais, posto que a

[...] aprendizagem de educandos surdos só se dará, de maneira efetiva e satisfatória, se os usos das metodologias adotadas no ensino estiverem de acordo com as necessidades dos educandos, em ordem psíquica, social, afetiva, linguística e cognitiva. Isto significa que a metodologia será a ferramenta utilizada para alcançar a aprendizagem de forma significativa, se for pautada em uma concepção de educação que atenda às necessidades dos educandos surdos e bem aplicada em termos práticos (Oliveira, 2015, p.102).

Ilustra-se que 90 % dos educadores e educadoras entrevistados realizam adaptação metodológicas acerca do ensino aos educandos surdos, como: E1. referente ao tempo em que o tradutor de libras deve descansar e no material didático, incluindo mais fotos e vídeos sobre os procedimentos técnicos e montagem e apresentação de seminários. E2. Trabalhar mais imagens, legendas, diminuir os textos, postura na sala de aula. 3. Adequar a postura e a maneira de falar nas aulas expositivas. E3. Utilizar recursos visuais com legendas, adaptar textos com frases curtas e diretas. E4. Uso o app Hand Talk para



conversar o básico e não deixar o aluno no vácuo; E5. seminários para avaliar a comunicação e o aprendizado; E6. Atendimento individualizado, por exemplo: deixar os demais educandos fazendo uma atividade e enquanto isso, sentar-se com a estudante surda e tentar sanar suas dúvidas de maneira mais efetiva. E7. Provas e material didático. E8. sistematização de conteúdo em quadro, filmes com legendas. E9. Exposição de trabalhos, recursos visuais, libras, considerando a especificidade de cada aluno. E10. Aulas com maior enfoque visual/ materiais didáticos ilustrativos; atividades avaliativas predominantemente em grupo...oferta de expressões da educação física em libras.

Nota-se que os entrevistados desenvolvem uma prática educativa flexível as necessidades linguísticas, culturais e identitárias dos educandos surdos. Para garantir o êxito nas disciplinas é fundamental considerar as singularidades dos educandos e estar disposto a ajustar o seu planejamento conforme necessário, já que a flexibilidade é essencial no planejamento educacional para atender às necessidades individuais dos educandos (Freire, 1995). Desse modo, na prática educativa com educandos surdos “o ensino deve estar atrelado a práticas pedagógicas flexíveis, no respeito e na valorização das diferenças e, principalmente, em metodologias que favoreçam a compreensão do educando surdo acerca do conteúdo ensinado” (Oliveira, 2015, p.150).

Os educadores e educadoras entrevistados atribuíram o sentido e significado sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de Educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal. No que tange os desafios destacam-se 08 pontos dos entrevistados E1, E2, E3, E4, E6, E8, E9 e E10, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 – desafios na inclusão educacional de Educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal.

Entr.	Desafios	Narrativas
E1	A necessidade de formação docente	“Apenas uma palestra durante as jornadas pedagógicas é insuficiente”
E2	Assessoria aos discentes surdos e aos docentes	“Assessoria a discente surda para que não fique isolada dos demais discentes da turma e equipe de apoio para acompanhamento do processo de ensino aprendizagem e orientação constante da equipe de professores”
E3	A adaptação curricular dos professores e o respeito as singularidades do estudante surdo	“Não podemos ministrar aula do mesmo jeito com a presença da aluna surda”
E4	Contratação permanente (concurso para efetivo) de intérpretes e de servidor AEE	“Aumentar a equipe de acessibilidade do campus”
E6	A comunicação direta entre educandos surdos e professor	“não sabemos Libras, como vamos nos comunicarmos com ela?”



E8	Falta de conhecimento da LIBRAS	“Falta de conhecimento da LIBRAS, falta de tempo para dedicar ao aprendizado dela, falta de tempo para o planejamento específico”
E9	Ações coletivas integradas	“Participação de todos na inclusão da aluna R”
E10	Elaboração de material didático específico.	“Não tem material em Libras de alguns conteúdos que trabalho e os que têm os sinais são diferentes”

Fonte: elaboração dos autores de acordo com os dados da pesquisa, 2025.

No que tange os desafios na inclusão de educandos surdos no IFPA Castanhal destaca-se 06 eixos: formação, assessoria aos discentes surdos, contratação de profissionais da área, ações integradas, elaboração de materiais e conhecimento de Libras dos educadores.

Entende-se que a inserção dos educandos com deficiências está sendo assegurada na legislação, todavia, na prática, a inclusão dos educandos deficientes no nível técnico e/ou superior esbarra em três dificuldades: a primeira seria a escassez de recursos financeiros para a efetivação das adaptações físicas em relação à acessibilidade no espaço escolar e/ou acadêmico; a segunda em relação à contratação de recursos humanos com formação na área da educação especial; e por último, a adaptação curricular que respeite e valorize o sujeito deficiente em sua particularidade linguística, cognitiva, cultural, psicológica e social (Miranda, 2007).

A autora afirma que “[...] esses três aspectos, condições arquitetônicas, adaptações curriculares e profissionais preparados precisam ser assegurados para que ocorra não só o acesso, mas também a permanência com sucesso do aluno com deficiência no processo educacional” (Miranda, 2007, p. 120).

Outro desafio está na garantia de formação inicial e continuada na Libras, ação está prevista em Lei (Brasil, 2002 e 20025). Entretanto, Oliveira (2015, p. 187) chama atenção que a maioria dos (as) educadores (as) que partilham saberes e afetos em sala de aula com educandos (as) surdos (as) não conhecem e não sabem Libras, entretanto “o fato de não conhecer a Libras não significa que ele, o professor, não se importe com os educandos surdos, mas sim que ele não obteve formação inicial e/ou continuada para atuar com a pluralidade linguística e cultural de sua sala de aula”.

Para que o professor consiga desenvolver de forma satisfatória o processo de aprendizagem dos educandos, ele necessitará de uma formação qualificada e continuada, para que possa, não apenas utilizar de forma eficiente as estratégias metodológicas existentes, mas também se apropriar dos avanços metodológicos a serem criados. Para isso, é imprescindível ao professor, que trabalhe com os educandos surdos, ter noção da



Libras, para favorecer o diálogo, da forma como surdo aprende, das suas identidades e da sua peculiaridade linguística.

Para tanto, a instituição de ensino deve garantir formação em serviço aos educadores sobre o tema – Educação Especial, Libras e etc. - para a promoção de uma prática educativa inclusiva e acessível. Por fim, é pertinente reafirmar que o processo de inclusão educacional não é somente remover barreiras comunicacionais, como também, atitudinais, arquitetônicas etc. É repensar um fazer educativo pautado na diferença como alteridade, na dialogicidade e na heterogeneidade presente na classe escolar.

No que se refere as possibilidades na inclusão de educandos surdos no IFPA, os entrevistados E5 e E7 retratam respectivamente “a construção de um olhar diferenciado sobre a referida discente, isto é, ser mais inclusiva e empática a diferença do outro” e “Efetivação da política inclusiva”

A convivência com a diferença como alteridade oportuniza a reavaliação e problematização de RS estigmatizadoras, preconceituosas e normalizadoras, e possibilita a ressignificação de si diante do outro, a percepção do outro e a modificação de RS negativas acerca do educando surdo.

O sentido e significado atribuído dos entrevistados ao ato de ensinar educandos surdos se estabelecem na alteridade para o desenvolvimento na resiliência, cultivando por meio dela as possibilidades de superação das adversidades vivenciadas no espaço escolar e social, com intuito da defesa da existência surda, das identidades e da Língua Brasileira de Sinais.

No que tange as representações sociais (RS) de professores sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal mapeou-se 10 Representações Sociais, conforme a tabela a seguir:

Quadro 2 – RS dos professores sobre os desafios e possibilidades na inclusão de educandos surdos no IFPA/ Campus Castanhal.

Entrevistados	Ancoragem	Objetivação
E1	Direito	deve ser trabalhado de forma mais adequada no campus Castanhal
E2	Necessária	porque eles devem e tem direito ao processo educativo como qualquer pessoa
E3	Direito	Porque para construirmos uma sociedade justa é necessário criarmos condições para a participação ativa de todas as pessoas em todos os processos sociais
E4	Desafio	Porque nos força a sair do "conforto" para buscar orientações
E5	Necessidade	Porque são cidadãos como todos nós e merecem ter seus direitos garantidos
E6	Desafiadora	Porém transformadora



E7	Essencial	Sem ela, ocorre a exclusão de um sujeito que possui uma deficiência, mas pode ter importante papel em variados campos do conhecimento na sociedade se tiver acompanhamento adequado
E8	Essencial	para garantir q a pessoa surda tenha as mesmas oportunidades que as demais pessoas
E9	Desafiadora	por nos fazer lidar com esse jeito diferente de ser e de estar no mundo e nos tira da zona de conforto em relação à língua e à cultura do surdo, mas ao mesmo tempo esses mesmos elementos podem tornar a experiência interessante no diz respeito ao enriquecimento dos sujeitos envolvidos.
E10	Cidadania	porque a educação e a ocupação dos diversos espaços formativos são direitos adquiridos a partir de muitas lutas dos movimentos sociais das pessoas com deficiência

Fonte: elaboração dos autores de acordo com os dados da pesquisa, 2025.

Constatou-se 10 Representações Sociais sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de educandos surdos no IFPA- Castanhal, sendo: **um direito** legal o acesso e a permanência dos educandos surdos na instituição, **necessário** para promoção da inclusão e garantia da acessibilidade, porém **desafiadora**, pois oportuniza que os educadores e educadoras conheçam uma outra língua e cultura, para relaciona-se com o outro diferente. Entretanto é **essencial** para a formação de uma educação e sociedade harmonizadora e inclusiva na efetivação da **cidadania** do sujeito surdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados das representações sociais os educadores e educadoras entrevistados atribuíram o sentido e significado sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de Educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal, sendo: No que tange os desafios destacam-se 08 pontos: 1. a necessidade de formação docente, já que segundo um dos entrevistados “Apenas uma palestra durante as jornadas pedagógicas é insuficiente”. 2. Acompanhamento das turmas, onde o discente está matriculado para que não fique isolado dos demais discentes da turma e equipe de apoio para acompanhamento do processo de ensino aprendizagem e orientação constante da equipe de professores. 3. A adaptação curricular dos professores e o respeito às limitações do estudante surdo. 4. Contratação permanente (concurso para efetivo) de intérpretes e de servidor AEE; 5. A comunicação direta entre educandos e professor além das próprias limitações e interesses do discente. 6. Falta de conhecimento da LIBRAS, falta de tempo para dedicar ao aprendizado dela, falta de tempo para o planejamento específico. 7. Ações coletivas integradas. 8. Elaboração de material didático específico.



E nas possibilidades 02 pontos: 1. a construção de um olhar diferenciado sobre a referida discente, isto é, ser mais inclusiva e empática a diferença do outro e 2. Efetivação da política inclusiva. As ancoragens, ou seja, como os entrevistados nomeiam o sentido e significado sobre os desafios e possibilidades na inclusão educacional de Educandos surdos no IFPA/Campus Castanhal, sendo: um direito, necessário, desafiadora, essencial para o desenvolvimento da inclusão educacional e da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

BRASIL. Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 23.04.24.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua de Sinais e outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 23.04.24.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 23.04.24.

BRASIL, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 23.04.24.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria da Educação Especial. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 23.04.24.

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas In: BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 44-56.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009

DOZIART, A. O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidades/diferença, currículo e inclusão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

FREIRE, P. A educação na cidade. 2ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GAMBOA, S. S. A Dialética na Pesquisa em Educação: elementos de contexto. In:



FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HARRISON, Kathryn; NAKASATO, Ricardo. Educação Universitária: reflexões sobre uma inclusão possível. In: LODI, Ana Claudia; HARRISON, Kathryn Marie Pacheco; CAMPOS, Sandra Regina Leite de. (Org.). Leitura e escrita no contexto da diversidade. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 66-72.

LACERDA, C. B Atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 3ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In; DESLANDES, S. F.; GOMES, R.(Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p.61-77

MIRANDA, Therezinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: JESUS, Denise Meyrelles et al (Org.). Inclusão práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Editora Mediação. 3ed. Porto Alegre, 2011, p.120-134.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, W.M.M. Representações Sociais de educandos surdos sobre a atuação do intérprete educacional no ensino superior. Dissertação (mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará, 2015.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: ONU, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 23.08.19.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS – ANO 2021

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2010.

SANTOS, Mônica Pereira dos; et al. Inclusão em Educação: Culturas, Políticas e Práticas (Org.). São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 22.09.2025

